

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

AJ 01700

Irregularidade. Desvio seria de R\$ 61 milhões

Nova denúncia não atrasa obra do aeroporto

Infraero confirma a retomada da construção do terminal e das pistas em março próximo

RITA BRIDI
rbridi@redegazeta.com.br

■ As irregularidades apontadas pela Polícia Federal – que apurou um desvio de R\$ 61 milhões na obra do Aeroporto Eurico Salles, em Vitória – não vão interferir no novo cronograma da construção do terminal e das pistas. A Infraero confirma a retomada de parte dos trabalhos em março próximo. Isto porque o contrato com as empresas Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon foi rescindido e as empreiteiras não atuam mais na obra.

A superintendência regio-

nal da Infraero não vai se manifestar a respeito das irregularidades, que incluem outros nove aeroportos, num total de quase um R\$ 1 bilhão em superfaturamento.

A Infraero, explicou a assessoria do órgão, tem todo o interesse no esclarecimento de todos os fatos apontados. Mas, a superintendência regional não se manifestará a respeito das investigações da Polícia Federal, porque todo o processo de licitação e acompanhamento da obra é feito pela sede, em Brasília.

A Infraero, conforme a assessoria de imprensa, está finalizando as discussões visando a assinatura de convênio com o Exército que deverá concluir os projetos executivos que não foram todos elaborados e também se responsabilizar por parte das obras físicas.

REUNIÃO

Na próxima quinta-feira, dia 4, representantes da Infraero e do departamento de engenharia do Exército vão se reunir para discutir a contratação do projeto executivo do pátio e da pista do aeroporto Eurico Salles, em Vitória. A Infraero garantiu a bancada federal capixaba que os trabalhos para a reforma e ampliação do terminal aéreo serão retomados neste primeiro semestre, segundo o senador Renato Casagrande (PSB).

"Antes da retomada das obras, a Infraero garantiu que vai adotar medidas para garantir o conforto no aeroporto, como duplicar a sala de embarque até que o novo terminal fique pronto em 2012. Tentamos garantir que essas medidas sejam tomadas", falou Casagrande.



GABRIEL LORDÉLLO

Decepção começa no desembarque

■ Na tarde de ontem o aeroporto estava tumultuado por conta das chegadas e partidas de voos. O ator Wander Gomes, do Rio de Janeiro, estava retornando para casa após passar uns dias no Espírito Santo. Foi a primeira vez que ele visitou o Estado. A impressão que teve

logo ao desembarcar não foi das melhores. "Não dá para acreditar que há um aeroporto como este em uma capital brasileira. Pior que isso, em uma cidade turística. Eu tive problemas logo que cheguei com minhas bagagens. Foi uma confusão enorme pois só tem uma esteira pequena para atender dezenas de passageiros desembarcando com bagagens. Já viajei por muitas capitais e infelizmente proble-

mas em aeroportos só encontrei no de Vitória", declarou. O empresário capixaba Júnior Santos que faz ao menos 70 viagens de avião por ano disse que sente vergonha de receber empresários de outros estados e de fora do país num aeroporto com a estrutura que o de Vitória apresenta. "Fico envergonhado ao receber convidados de fora para visitar uma cidade tão bonita, mas com um aeroporto como este", disse.

Entenda as denúncias

■ INÍCIO

■ As obras do Aeroporto Eurico Salles foram iniciadas em fevereiro de 2005. O contrato com o consórcio vencedor da licitação formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon, foi assinado em dezembro de 2004.

■ CONTRATO

■ De acordo com o contrato assinado com as empresas vencedoras da licitação a conclusão das obras estava prevista para o final de 2007.

■ PROMESSA

■ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Estado, em fevereiro de 2005, prometeu que a obra estaria pronta em dois anos, ou seja, no final de 2006, que coincidiria com o tér-



mino de seu primeiro mandato.

■ FISCALIZAÇÃO

■ Mas antes disso, em julho de 2006, o Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizou a obra e constatou sobrepreço e superfaturamento, de cerca de R\$ 43 milhões.

■ MEDIDAS

■ Para evitar prejuízo maior, o TCU determinou que fosse feita a retenção de parte do pagamento pelos serviços executados. A parcela retida variava de 13% a 23% do valor a ser pago às empreiteiras.

■ DISCORDÂNCIA

■ O consórcio formado pelas empreiteiras não concordou com as medidas tomadas pelo TCU e decidiu questioná-las judicialmente.

■ PARALISAÇÃO

■ Além de questionar a retenção de parte do pagamento, o consórcio, alegando insegurança jurídica, decidiu suspender as obras no final de 2007.

■ DETERMINAÇÃO

■ Com a demora na retomada dos trabalhos e a dificuldade de entendimento, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, determinou, em julho de 2008, que a Infraero rescindisse o contrato com o consórcio.

■ RESCISÃO

■ A determinação do ministro Jobim foi cumprida no final de



2008. E desde então a Infraero busca alternativas para a retomada das obras. Uma das alternativas é o Exército concluir os projetos executivos e se responsabilizar também pelas obras físicas.

■ POLÍCIA FEDERAL

■ A obra continuou sendo

investigada pela Polícia Federal, na Operação Caixa Preta, que apontou superfaturamento de R\$ 61 milhões. A PF diz que o desvio de dinheiro é resultado de um esquema de fraudes em licitações.